

Rádios Educativas do Piauí. Construção das faces e interfaces das sonoridades radiofônicas educativas piauienses¹

Yasmim Helleen Cunha²

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Orlando Maurício de Carvalho Berti³

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Resumo

A radiodifusão brasileira tem seus moldes e raízes em um programação educativa. O trabalho procura identificar as faces e interfaces contemporâneas das rádios educativas no estado do Piauí e analisar elementos correspondentes a elas, além de aferir o andamento de seus funcionamentos e situações legais e analisar a emissão dos conteúdos abordados. O texto parte de um referencial histórico, de reflexões teóricas sobre o que é rádio educativa no Brasil, além dos dispositivos legais contemporâneos para, entre outros pontos, analisar a trajetória dessas rádios e sua inserção no Piauí. Mostra-se também que elas têm um potencial muito grande de debate e de promoção educativa no estado, mas que ainda são poucas e vários dos canais autorizados a funcionar ainda sequer estão em andamento de instalação. São debatidos também os lugares de relevância que as rádios educativas ocupam ou deveriam ocupar no estado.

Palavras-chave: Comunicação; comunicação social; rádio; rádio educativa; Piauí.

Introdução

Rádio Educativa se encontram em uma modalidade de radiodifusão voltada para complementar a instrução formal para a mobilização, participação e construção de uma sociedade onde a democracia é essencial. As emissoras de rádio educativa, como as próprias rádios em si, têm o papel de deixarem apenas de ser simulacro da representatividade para passarem a ser um exercício das pluralidades das diferenças e

¹ Trabalho apresentado no IJ7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Acadêmica do 5º Período do curso de Bacharelado em Jornalismo da UESPI (Universidade Estadual do Piauí), campus Poeta Torquato Neto (Pirajá), em Teresina (PI). Bolsista de Iniciação Científica no PIBIC/UESPI/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: yasmimhcunha@outlook.com

³ Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela UEMESP – Universidade Metodista de São Paulo. Doutor em Comunicação Social pela UEMESP, com estágio doutoral na Universidad de Málaga (Espanha). Mestre em Comunicação Social pela UEMESP. Especialista em Comunicação Institucional pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Especialista em Docência Superior pela FSA – Faculdade Santo Agostinho. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFPI. Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mails: orlandoberti@yahoo.com.br ou berti@uespi.br. Orientador deste trabalho e da pesquisa de Iniciação Científica.

das próprias contemporaneidades sociais, tão díspares, atomizadas, paradoxais e necessitadas de conagração.

Este artigo nasce da pesquisa de iniciação científica “*O Perfil das Rádios Educativas do Piauí*”, que faz parte do PIBIC/Uespi/CNPq – Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica da Uespi – Universidade Estadual do Piauí, financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa. Vislumbra a função social, e comunicacional, da universidade em dar respostas às demandas sociais, contemporâneas (ou não) oferecendo pontos de debate e reflexão.

Estudar as rádios educativas, em um Brasil que teve sua mídia sonora praticamente iniciada como educativa, é voltar ao passado e também entender o presente e suas interfaces contemporâneas sobre o status das rádios educativas contemporâneas.

Mas por que as rádios educativas? Já existe, ao menos, uma variedade média de levantamentos qualitativos e quantitativos no Piauí sobre rádios comerciais e comunitárias. Esses dois tipos são as que mais proporcionam regionalidades no território piauiense, como trata Orlando Berti (2014). Por causa das nebulosidades sobre as rádios educativas em si, ainda insipientes no estado, é feito este estudo.

Como frisa Luiz Artur Ferrareto (2000) o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador das novas esperanças; o consolador de enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. Bem como, complementamos, é o meio que também promove e instiga educação e tem o poder de construir melhores dias individuais e coletivos.

O objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões sobre o funcionamento das rádios educativas do Piauí, sobre os desafios no que se refere a atual realidade das atuais 17 emissoras autorizadas a funcionar no estado, bem como entender o papel que elas têm desempenhado, além de apresentar as dificuldades se de instaurar uma rádio desta modalidade no interior do estado.

Antes, conta-se um pouco da história das rádios educativas, com uma apresentação da legislação da radiodifusão e os principais pontos a serem prioritários quando se trata de emissoras educativas, além de uma tabela com as análise do atual funcionamento de algumas das rádios pesquisadas, seguida por comentários das que se mostraram mais atuantes no estado do Piauí.

E ressaltar que o caminho a se percorrer ainda é longo, considerando que apesar dos avanços as emissoras de cunho educativos permanecem em segundo plano, assim como sua fiscalização, no que diz respeito a programação exclusivamente de caráter educativo. Visto que um dos pontos analisados é se realmente elas se consideram educativas, se realmente têm proporcionado educação nos lugares e regiões em que estão inseridas e se têm um papel diferencial realmente educativo e socializador.

A partir desses desafios, a então pesquisa vem analisar investigar e colher resultados sobre o atual funcionamento das 17 rádios autorizadas a funcionar no estado do Piauí.

1 – Rádio Educativo

O rádio, e também a Rádio Difusora Educativa, manifestou-se no país como um investimento privado a princípio sem fins lucrativos na segunda década do Século XX. Em meados da década de 1930 foi que começou a se buscar diretamente os serviços de radiodifusão, através das primeiras emissoras que surgiram no país. A maioria era estatal. Ou seja, no Brasil, em seus primeiros anos de funcionamento a rádio já nasceu educativa, apesar de ser um veículo de elite, já que um aparelho do tipo, à época, custava muito caro.

No Brasil, como praticamente em todo o mundo, o rádio expandiu-se, multiplicou-se, vivenciou novos gêneros, fez história, trouxe muita informação, entretenimento, polêmicas, para alguns, até alienação, chegando ao final da segunda década do Século XXI como um meio consolidado e múltiplo, inclusive voltando-se também às suas origens que é a educação, mesmo de maneira indireta, via entretenimento e informação.

No Brasil, oficialmente, somente em 1999, é que, entre a multiplicação de tipos de emissoras de rádio (só para citar algumas maneiras: comerciais, universitárias, públicas, comunitárias, legislativas, judiciárias) foram expandidas, abarcando e oficializando as emissoras que operariam como rádios educativas.

Através da Portaria Interministerial 651, assinada em abril de 1999 pelos então ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e das Comunicações, Pimenta da Veiga (LEX MAGISTER, 2019) instituiu-se a previsão de funcionamento no Brasil por meio emissão por sons e imagens de emissoras educativas no Brasil. Esse documento define os critérios para autorização e permissões com fins exclusivamente educativos, além dos

critérios para as outorgas de concessão desse tipo de emissora. O documento foi um marco para disciplinar, legalizar e trazer garantias legais do que realmente é uma rádio educativa. Vejamos a seguir os principais pontos desse dispositivo legal:

Art. 1º – Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

Art. 2º – Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

Art. 3º – A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas.

Art. 4º – O tempo destinado à emissão dos programas educativo-culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no art. 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no que couber.

Art. 5º – Para a outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão educativa, além da documentação prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade interessada deverá apresentar declaração, conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 6º – Os executantes do serviço de radiodifusão educativa observarão sempre as finalidades educativo-culturais da sua programação.

Art. 7º – A renovação das concessões, permissões e autorizações só será deferida se, além das demais exigências da legislação específica de radiodifusão, forem cumpridas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 8º – As emissoras educativas não perderão esta característica essencial em razão de qualquer alteração na natureza jurídica das entidades executantes do serviço a que pertencam.

Art. 9º – A transferência da outorga não dará à emissora destinação diversa quanto à natureza de sua programação.

Art. 10 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias Interministeriais nº 832, de 8 de novembro de 1976, nº 162, de 20 de agosto de 1982 e nº 316, de 11 de julho de 1983 (LEX MAGISTER, 2019).

A portaria também fortaleceu que a radiodifusão educativa tem como destino principal a divulgação de programação de caráter educativo-cultural.

É importante ressaltar, que na época em questão não era preciso a realização de uma licitação para a outorga de emissoras comerciais, mas ainda assim era necessário haver uma publicação de edital.

De acordo com o proposto na portaria fica explícito que a política de concessões no Brasil é de se questionar, considerando que antigamente desde sua criação, há mais

de 80 anos, existe uma política de “jogos de interesses” e ainda há o fato de que a maior parte das rádios consideradas educativas são advindas de concessões destinadas a fundações diretamente ligadas a empresas privadas, prefeituras, ao Governo Federal, estaduais ou municipais e ainda as universidades. É de extrema importância que as emissoras de radiodifusão sonora, que atuem na modalidade educativa recebam a outorga para funcionamento em algum canal educativo.

2 – O papel das rádios educativas

O papel de uma emissora de rádio educativa é promover uma programação democrática, que resgate o sentimento da democracia e potencialize uma maior participação do público. A partir deste conceito, a rádio educativa tem o intuito de educar, no real significado da palavra, propondo aos ouvintes algo que trasborde as barreiras do entretenimento, mas programas relacionados ao âmbito cultural, que somem em formação da cidadania e da realidade social. “As emissoras de rádio têm a incumbência de resgatar e fortalecerá o objetivo primeiro do Rádio brasileiro, que nasceu com o intuito educativo cultural” (ROLDÃO, 2006, p. 1).

Esse papel exercido pelas rádios da modalidade educativa deve estar atrelado a cultura e a sua preservação, junto do seu significado educativo a valorização da identidade cultural, da linguagem da cidadania e da história sempre respeitando suas realidades.

O rádio é a história viva que se perdura ao longo dos séculos, sempre mantendo sua essência, ainda que o avanço das tecnologias dos meios de comunicação, devido a globalização, interfiram diretamente no seu uso.

O rádio vai além, ele consegue quebrar barreiras, democratizar assuntos, criar e debater interesses, investigar e cobrar respostas de interesses sociais, e ainda aproximar pessoas, culturas e a realidade, e somando -se a tudo isso um dos seus papéis fundamentais, o de ensinar.

Entre a quantidade contemporânea de tipos de emissoras de rádio, as educativas têm um papel crucial na democratização da educação. Não que essa interface seja exclusiva das educativas, visto que ser um meio (ou que deveria ser) de Comunicação Social, já transpassa por si só seu poder e papel social de promover a educação e a cidadania. No caso das rádios educativas esse papel é constitucional e sua função deve transpassar o simples ato de ser instrumento de órgãos educativos ou de laboratórios de

escolas e universidades, mas sim, fundindo-se com os ideais comunitários e sociais, promover muito mais cidadania.

3 – A História do rádio educativo no Brasil

Segundo Marlene Blóis (2003) a caracterização das rádios educativas do Brasil se apresenta em seis fases diferentes. A primeira, que a estudiosa chama de pioneira, vem do próprio advento da radiodifusão no Brasil entre o início das primeiras transmissões nacionais até o ano de 1927, tendo como marco e avanço para a segunda fase, a criação das rádios escolas. A segunda fase vai até o ano de 1940, sendo seus principais pontos a criação das primeiras rádios educativas. A terceira fase foi até 1966 com a expansão dessas emissoras além do eixo-comunicacional nacional (Rio de Janeiro e São Paulo). A quarta fase, vai até 1979, com as ações centralizadoras de utilização das rádios educativas para fins estatais. Esse período coincide com a Ditadura Civil-Militar. A quinta fase vai até o final do Século XX, com a inauguração de emissoras educativas em frequência modulada (FM) acompanhando o desenvolvimento tecnológico daquela época. E a sexta, e última fase, compreendendo o final do Século XX até os dias atuais se destaca com a ampliação de canais de rádio educativa e ainda de emissoras educativas via tecnologias atuais sedimentadas pela Internet.

3.1 Rádio Educativa X Rádio Comunitária

A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à transmissão de programas educativos culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

As outorgas de concessão, já citadas no texto, não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos. Para executar o serviço, é necessário estar de acordo com o artigo 41 da Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em que trata sobre os direitos civis.

Já as rádios comunitárias são balizadas por outra Lei, a 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. As emissoras comunitárias tem outros fins, apesar de também terem funções específicas. As principais diferenciações é que uma rádio comunitária tem espaço físico

de atuação, geralmente com poucos quilômetros de raio de atuação. Uma rádio educativa pode alcançar centenas de quilômetros de atuação, podendo ter maior número de colaboradores. As rádios comunitárias são mais gerais em termos de conteúdos, trazendo todos os públicos, enquanto as educativas trabalham mais com a educação propriamente dita.

Para se conseguir concessões dos dois tipos de emissoras é necessário adequar-se ao PNO – Plano Nacional de Outorgas, participar de publicação de edital de seleção pública, contemporaneamente socializado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Além disso as emissoras candidatas necessitam também passar por habilitação, seleção, instrução, momento de proclamação de resultado, obtenção de portaria de autorização, bem como fase externa em que a emissora vai ao ar para fase experimental.

Consagrados os avanços, existem incertezas quanto aos rumos da radiodifusão educativa, depende em maior parte do Governo Federal e dos humores dos governos do momento.

Octávio Pieranti (2015) destaca que novas outorgas de serviços de radiodifusão “dependem de um estudo de viabilidade técnica realizado pela (Anatel) e, antes da sua criação pelo próprio ministério da comunicação ou pelos órgãos que o antecederam.

3.2 A Fiscalização

A fiscalização das emissoras de rádio, seja qual for a modalidade, é responsabilidade da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Mas, durante a visita de fiscalização a prioridade está ligada mais a questões técnicas. Contudo, não há fiscalização no que se refere ao cumprimento da Portaria Interministerial nº651, que trata do conteúdo da programação dos serviços de radiodifusão, que tem de ter finalidade exclusivamente educativa.

4 – As rádios educativas do Piauí

Completados 20 anos da legislação sobre rádios educativas no Brasil, existiam no Piauí 17 rádios emissoras autorizadas a funcionar sob a tutela da nomenclatura e ação como educativa. O acompanhamento dessas emissoras é feito desde o segundo semestre de 2018 e até o meio de abril de 2019, dessa quase duas dezenas de emissoras

autorizadas a funcionar somente cinco (como mostra a Tabela 1) estavam funcionando plenamente no Piauí.

TABELA 1 – PERFIL DAS RÁDIOS EDUCATIVAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR NO PIAUÍ ATÉ ABRIL DE 2019

Nome da cidade que tem canal educativo	Distância da capital	Região do Piauí que está inserida	Frequência autorizada	Status atual
Barras	127 Kms	Norte do Piauí	105.9 MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Kms	Sertão Norte	98. MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Kms	Sertão Norte	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Caridade do Piauí	464 Kms	Sertão Central	89.7 MHz	Não funciona (Canal vago)
Curimatá	747 Kms	Extremo Sertão Sul	88.7 MHz	(Canal Outorgado – aguardando licenciamento)
Dom Inocêncio	624 Kms	Sertão Sul	88 5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Florianópolis	248 Kms	Oeste	105.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Jacobina do Piauí	446 Kms	Sertão Central	89.5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Marcolândia	413 Kms	Sertão Central	89.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Oeiras	282 Kms	Sertão Central	106.1 MHz	Funciona Regularmente
Parnaíba	339 Kms	Litoral	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Picos	314 Kms	Sertão Central	104.3 MHz	Funciona Regularmente
Piripiri	165 Kms	Sertão Norte	106.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
São Raimundo Nonato	522 Kms	Sertão Sul	105.9 MHz	Funciona Regularmente
Sigefredo Pachêco	165 Kms	Sertão Norte	89.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Teresina	0 Km	Capital	107.9 MHz	Funciona Regularmente
União	65 Kms	Grande Teresina	106.5 MHz	Funciona Regularmente

FONTE: CONSTRUÇÃO PRÓPRIA DOS AUTORES DESTA TRABALHO COM DADOS DA ANATEL (2019).

De acordo com os dados coletados pelos autores deste trabalho, nota-se que as programações das rádios educativas que até momento da pesquisa (em abril de 2019) em questão funcionam, o caráter religioso e cultural, bem como há a ausência de programações infantis, um paradoxo para uma programação de uma emissora de rádio

educativa, como aponta Liana Milanez (2007). Por exemplo, na Rádio Educativa de Oeiras que opera em FM 106,1 e tem como slogan “A Rádio das Comunidades”, com objetivos diretos e de ser uma emissora que evidencia a prestação de serviços à comunidade e que ainda se considera também eclética, além da vasta programação religiosa, há também programada em parceria com centros educacionais, com o Batalhão de Polícia da cidade, e com a pastoral da criança. Um dos locutores e funcionário da Rádio, Claudevândio Macêdo⁴, ressalta e reafirma o papel que a emissora tem com a programação religiosa, considerando que a cidade de Oeiras (PI) é conhecida como a Capital da Fé, e tem como um impacto forte na programação da rádio educativa Cristo Rei, as transmissões de missas, além de estabelecer um laço forte da emissora com a igreja e os respectivos fiéis.

Observa-se que a linha editorial da rádio educativa Cristo Rei, segue o eixo religioso, que ajuda na visibilidade e na formação complementar da rádio e de seus ouvintes.

Considerando que a cidade de Oeiras (PI) é conhecida como a Capital da Fé, e tem como um impacto forte na programação da rádio educativa Cristo Rei, as transmissões de missas, além de estabelecer um laço forte da emissora com a igreja e os respectivos fiéis.

Observa-se que a linha editorial da rádio educativa Cristo Rei, segue o eixo religioso, que ajuda na visibilidade e na formação complementar da rádio e de seus ouvintes.

Já em outro exemplo, a rádio cultura FM de Picos (PI) que opera em FM 104.3, a programação tem o caráter voltado para o entretenimento, considerando que a maior parte de seus programas são culturais de músicas ou de jornalismo informativo. Observa-se que as duas emissoras citadas, estão autorizadas a funcionar como rádios educativas mas não necessariamente seguem a mesma linha de programação. Há uma prioridade nas linhas editoriais de cada uma.

5 – Pontos e contrapontos das rádios educativas no Piauí

A maior dificuldade de se pesquisar sobre as emissoras de rádios educativas no Piauí é estabelecer um contato entre a emissora e o pesquisador(a). A maioria das rádios

⁴ Entrevista concedida a Yasmim Cunha em 10 de fevereiro de 2019 para a feitura da pesquisa de PIBIC e para este trabalho.

ainda que estejam com a situação regular, funcionam em parceria com fundações privadas, e isso reflete diretamente na hora dos responsáveis fornecerem informações sobre o funcionamento e até curiosidades das mesmas.

A maior parte dos dados coletados foram através de ligações, e-mails e mensagens de textos, que iam do diretor das respectivas rádios até de ouvintes e na maiorias das vezes também eram voluntários que trabalhando nas mesmas.

Atuar na modalidade de rádio educativa no estado do Piauí, tem lá suas dificuldades, que vai além da estrutura física até a sua mantenedora, maioria das emissoras pesquisadas, sobrevive de doações e de voluntários, o que justifica muitas serem diretamente ligadas a fundações das igrejas católicas das cidades, o que na opinião de alguns funcionários das respectivas rádios, não ser suficiente para a manutenção das mesmas.

Das seis emissoras de rádio educativa que funcionavam até abril de 2019 três eram mantidas por dioceses católicas apostólicas romanas (Oeiras, Picos e São Raimundo Nonato), uma pela prefeitura municipal (Teresina) e duas (Curimatá e União) por fundações de cunho privado.

As rádios educativas do interior do estado, sofrem escassez de pessoal, uma das maiores reclamações ao longo da pesquisa, o dinheiro destinado a emissoras muitas vezes só é bastante para a manutenção da rádio em si, e isso acaba fazendo com que o seu funcionamento seja limitado. Os funcionários, como já citado, são voluntários, ou funcionários das igrejas que ajudam as emissoras, algumas contam também com doações d estabelecimento locais e de arrecadação de doações durante campanhas em momentos importantes da cidade.

O que se pode observar ainda, é que apesar das dificuldades de as emissoras serem muitas e os repasses e doações serem poucas, a qualidade dos serviços e a dedicação do pessoal que trabalham nas mesmas, é de qualidade e não deixa a desejar. Como eles mesmos dizem “conseguimos fazer milagres, com muito pouco”.

A prioridade é levar informação de qualidade de maior compreensão e alcance possível ainda que as circunstâncias não colaborem para isso.

Diferente das demais emissoras do estado, que atuam em função do jornalismo informativo, e são sustentadas por redes privadas ou por políticos, ainda que não esteja explícito.

A linha editorial também é totalmente diferente, considerando que a audiência compete com os outros meios de comunicação da estado, e tem suas características distintas das modalidade de rádio educativa ou comunitária, que tem como prioridades prestar serviços a comunidade em geral e fornece apoio na educação. Essa comparação demonstra a importância de haver mais emissoras de rádios com caráter realmente educativo e comunitário. Pois o conceito das mesmas se evidencia o fato de ter somente como referência às formas de concessões, mas principalmente, a construção da programação, o público a ser atingindo e claro, o conteúdo.

5.1 – Reflexões

As reflexões deste artigo se dão a partir dos resultados da coleta de dados da pesquisa, mas, principalmente da experiências obtida no contato com as respectivas rádios, cada uma contém sua particularidade, seja da programação até as questões financeiras, o que também chama a atenção, é que além de tudo, são apontados os diversos problemas não resolvidos, além dos questionamentos sobre as perspectivas futuras das rádios.

É possível que o rádio tenha seu papel educativo estendido mais adiante, que as emissoras de modalidade realmente educativas possivelmente alternativas na programação, que o serviço seja utilizado de fato como instrumento na democratização do saber, com o foco em contribuir na formação da cidadania como um todo e na construção da realidade social em uma base sólida, e ainda assim alcançar o interesse da população em geral, considerando que o educativo não exclui o popular, mas que a união dos dois públicos acarretam em bons e reais resultados, que reflitam e impactem de forma positiva a realidade na qual estão inseridos.

Considerando que uma rádio educativa que se preze, é imprescindível a divulgação de todos os tipos de músicas, programas culturais e educativos e ainda a informação e a prestação de serviços, ou seja, inserir em cada programa conteúdos educativos, pois a diferença está na forma em que o conteúdo é repassado, e não na sua separação dos demais. Mas este é um processo que depende de cada emissora, cidade e ou região e realidade em que ela está inserida.

[...] A natureza da vinculação de uma emissora de rádio não pode ser o indicador a nortear a linha der conduta da emissora, que precisa manter uma posição inventa é ética, compromissada com a informação e a formação do

público ouvinte , com a construção da cidadania de quem escolhe como meio de comunicação e de informação, de elo com comunidade próxima ou distante (BLÓIS, 2003, p.10).

Quando se põe em pauta a discussão do que deve ser o papel educativo da rádio, surgem aí uma das suas dificuldades, a produção de um conteúdo e uma programação que se encaixe de fato no significado desse papel. O rádio, pode ser usado como um instrumento na construção desse passe.

A maior dificuldade de se pesquisar sobre as emissoras de rádios educativas no Piauí é estabelecer um contato entre a emissora e o pesquisador(a), a maioria das rádios ajuda que estejam com a situação regular, funcionam em parceria com fundações privadas, e isso reflete diretamente na hora dos responsáveis fornecerem informações sobre o funcionamento e até curiosidades das mesmas atuarem na modalidade de rádio educativa no estado é lidar com inúmeras dificuldades e desafios, como a questão da estrutura física. A maioria das rádios pesquisadas sobrevive de doações e de voluntários, o que justifica muitas serem diretamente ligadas a fundações das igrejas das cidades, o que os alguns funcionários das respectivas rádios, não acredita ser suficiente.

Considerações

O presente artigo relatou um pouco da história da radiodifusão no Brasil e um pouco de suas interfaces no Piauí. Dentro dessa historicidade encontramos as questões as outorgas e das burocracias estatais.

A questão da legislação com portarias e artigos explicando o que é necessário para que uma rádio de modalidade educativa funcione de forma regular e de acordo com os planos de concessão o que se tem o que se pode afirmar é que ainda há diversos problemas tanto históricos quanto atuais na radiodifusão educativa a serem resolvidos. O primeiro deles, como já citado anteriormente, é a manutenção das mesmas tanto dos espaços físicos quanto à questão financeira e de profissionais capacitados para atuar nesse tipo de rádio exercendo o real papel de rádio educativa. Uma das soluções pode ser o fechamento de parcerias com ONGs e instituições acadêmicas. No caso do Piauí temos cursos de Comunicação e Jornalismo na capital e na cidade de Picos (no Sertão Central). Um desafio seria o que é produzido nesses cursos também serem compartilhado com as rádios educativas e ainda serem lugares de estágios e feitura de programas emblemáticos.

Outro ponto a ser observado é que a vinculação da programação das emissoras educativas citadas no artigo em funcionamento contemporaneamente no Piauí são de formações religiosas, notadamente da Igreja Católica Apostólica Romana. Observa-se aí que não há uma regulamentação ou fiscalização de fato no conteúdo das rádios o que se sabe do ponto de vista da legislação rádio consideradas educativas devem ter programação exclusivamente voltada para educação e ainda são autorizadas a partir de concessões destinadas exclusivamente a Fundações ligadas a empresas privadas universidades governos estaduais ou municipais prefeituras. Ou seja a emissoras estatais ou públicas mas o fato de a emissora está ligada a público programação tenha o cunho exclusivamente educativo o que exemplifica o citado acima. Vale ressaltar também de acordo com as tabelas apresentadas que apesar de terem a programação com o slogan educativo ela já terem totalmente a linha religiosa.

Fica claro então que quando se refere ao conceito de rádio educativa não devemos pegar como referência apenas a sua forma de concessão mas o seu conteúdo e a forma como ele é repassado o rádio é evidentemente um instrumento de educação para ensinar. Com isso devemos buscar o exercício da democracia apontado para o interesse público como complementar na ajuda do processo de educação formal.

Consagrados os avanços ainda existem desafios e dificuldades a serem enfrentados quanto aos rumos desta modalidade de rádio doem para construção da Cidadania que a intenção delas vai além do que vem sendo imposto pelos veículos de comunicação que restringe a cidadania apenas o conhecimento de direitos e deveres é necessário ir além e trazer a vai trazer a partir dessa pesquisa resultados e respostas para aqueles que tanto necessitam de fato de uma rádio Educativa principalmente na sua formação moral e intelectual.

Esta pesquisa ainda trará novos resultados e os próximos são de finalizar esse perfil e saber, principalmente, o que aconteceu para a maioria das rádios educativas do Piauí serem autorizadas a funcionar e ainda não estarem em funcionamento ou processo de instalação.

Referências

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Lista das rádios educativas autorizadas a funcionar no Piauí.** Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>>. Acesso em: 15.fev.2019.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do sertão do Nordeste brasileiro na internet**. (Tese de Doutorado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

BLOIS, Marlene. **Rádio educativo no Brasil: uma história em construção**. Belo Horizonte: Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125264023715941274770374088408981912085.pdf>>. Acesso em: 10.mar.2019.

BRASIL. **Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm>. Acesso em: 01.mar.2019.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01.mar.2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

LEX MAGISTER. **Portaria Interministerial N° 651, de 15 de abril de 1999**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_345250_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_651_DE_15_DE_ABRIL_DE_1999.aspx>. Acesso em: 14.abr.2019.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio Mec: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACRP, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. **Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011 -2016)**. Revista Eptic, v.18, n.3, 2016, pp.19-35.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. **O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios**. Brasília: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63792771238655572678550118879465501512.pdf>>. Acesso em: 30.mar.2019.